



Prefeitura Municipal de Itanhaém

Estância Balneária

Estado de São Paulo

GP 362/2023

Itanhaém, 14 de junho de 2023.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar, por intermédio de Vossa Excelência, à elevada deliberação dessa ilustre Casa Legislativa, o incluso projeto de lei que institui o Programa de Recuperação Fiscal no Município de Itanhaém.

Trata-se de Programa cuja finalidade é oferecer oportunidade para que os contribuintes inadimplentes com o Município de Itanhaém possam promover a regularização de seus débitos, decorrentes de créditos tributários e não tributários, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou a ajuizar, inclusive os eventuais saldos de acordos de parcelamento anteriormente firmados e não integralmente cumpridos, ainda que por inadimplemento do devedor, incentivando-os, com isso, a retomarem sua capacidade de investimentos e, de outro lado, propiciando condições para que a Fazenda Municipal possa receber créditos de difícil recuperação.

A adesão ao Programa poderá ser feita no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da publicação da data da publicação da lei.

Como forma de incentivo à regularização, o projeto oferece aos contribuintes inadimplentes com o Fisco Municipal diferentes formas e prazos para liquidação de seus débitos: com dispensa de 100% (cem por cento) do valor da multa e dos juros moratórios para pagamento em até 6 (seis) parcelas mensais, iguais e sucessivas; com redução de 90% (noventa por cento) do valor da multa e dos juros moratórios para pagamento em até 24 (vinte e quatro) parcelas mensais, iguais e sucessivas ou com redução de 70% (setenta por cento) do valor da multa e dos juros moratórios para pagamento em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais, iguais e sucessivas, observado o valor mínimo, por parcela, de R\$ 50,00



Autenticar documento em <https://camarazeropapel.itanhaem.sp.leg.br/autenticidade> com o identificador 360037003500340030003A005000, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.





Prefeitura Municipal de Itanhaém

Estância Balneária

Estado de São Paulo

(cinquenta reais) para as pessoas físicas e de R\$ 200,00 (duzentos reais) para as pessoas jurídicas.

De outra parte, a propositura condiciona o ingresso no Programa à desistência de eventuais ações judiciais ou embargos à execução fiscal, bem como a eventuais impugnações, defesas e recursos apresentados no âmbito administrativo. Estabelece, ainda, condições para a manutenção do contribuinte no Programa de de Recuperação Fiscal, dentre elas a que prevê a impossibilidade de atraso no pagamento de 2 (duas) parcelas, consecutivas ou não.

Outrossim, na hipótese de exclusão do Programa, o contribuinte perderá o direito aos benefícios decorrentes, acarretando, por conseguinte, a exigibilidade dos débitos originais, com os acréscimos legais previstos na legislação municipal, descontados os valores pagos, e a imediata inscrição dos valores remanescentes em dívida ativa, para prosseguimento das medidas coercitivas, administrativas e judiciais de cobrança.

O Programa, adicionalmente, cumpre ainda outro objetivo relevante, pois ao possibilitar ao contribuinte a inclusão de débitos objeto de discussão judicial, o projeto propicia condições para que a Fazenda Municipal possa receber créditos de difícil recuperação, impactando positivamente a receita do Município.

Afinal, ao Poder Público certamente será melhor arrecadar os seus créditos parceladamente, com a dispensa total ou a redução parcial do valor da multa e dos juros de mora, do que insistir no recebimento integral da dívida, eternizando os procedimentos administrativo e judicial de cobrança.

O Programa terá também o condão de minorar os problemas da cobrança da dívida ativa do Município. Com efeito, como a proposta condiciona o ingresso no Programa à desistência de ações judiciais, é incontestável que o Judiciário será desonerado do julgamento de inúmeros processos, além de, fatalmente deixar de ser assolado por novas demandas, na medida das adesões ao Programa.

Por fim, o art. 9º do projeto promove a introdução de alterações na Lei nº 3.211, de 5 de abril de 2006, que dispõe sobre o parcelamento de débitos fiscais, estabelece normas para sua cobrança extrajudicial, e dá outras providências. Inicialmente, propõe-se a alteração de seu art. 7º, para estabelecer que o acordo de parcelamento firmado com base no referido diploma legal será rescindido na hipótese de atraso no pagamento de 3 (três) parcelas consecutivas ou





Prefeitura Municipal de Itanhaém

Estância Balneária

Estado de São Paulo

não, e não apenas de 3 (três) parcelas consecutivas como previsto atualmente. Ao mesmo tempo, propõe-se também o acréscimo do art. 7º-A, para admitir o parcelamento de débitos que tenham sido objeto de parcelamento anterior firmado nas condições estabelecidas na citada Lei, com redução de 20% (vinte por cento) da quantidade de parcelas correspondentes à opção feita no parcelamento originário, a cada parcelamento efetuado.

Em suma, a presente propositura pretende facilitar a regularização fiscal, em especial dos contribuintes que foram amplamente impactados pela pandemia do Coronavírus – COVID 19, na medida em que oferece condições especiais para que os contribuintes inadimplentes com o Município possam regularizar seus débitos, proporcionando-lhes mais prazo, além da exclusão parcial ou total das penalidades pecuniárias incidentes (multa e juros de mora).

Justificadas, nesses termos, as razões de minha iniciativa e evidenciado o interesse público de que se reveste a medida, submeto o presente projeto de lei à apreciação dessa Egrégia Casa Legislativa, solicitando, dada a relevância do assunto em tela, que a sua apreciação seja feita em caráter de urgência, nos termos do disposto no artigo 33, § 1º, da Lei Orgânica do Município.

Ao ensejo, renovo a Vossa Excelência os protestos de minha alta consideração.

Atenciosamente,

TIAGO RODRIGUES CERVANTES
Prefeito Municipal

Ao
Excelentíssimo Senhor
Vereador Fernando da Silva Xavier de Miranda
DD. Presidente da Câmara Municipal de Itanhaém



Autenticar documento em <https://camarazeropapel.itanhaem.sp.leg.br/autenticidade> com o identificador 360037003500340030003A005000, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.





Prefeitura Municipal de Itanhaém

Estância Balneária

Estado de São Paulo

PROJETO DE LEI

“Institui o Programa de Recuperação Fiscal no Município de Itanhaém, e dá outras providências.”

Art. 1º Fica instituído, no Município de Itanhaém, o Programa de Recuperação Fiscal, destinado a promover a regularização de créditos do Município, decorrentes de débitos de natureza tributária e não tributária, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou a ajuizar.

§ 1º Poderão ser incluídos no Programa de Recuperação Fiscal de que trata esta lei os débitos já vencidos até a data da formalização do pedido de ingresso no Programa, incluindo:

I - os débitos originários de multas administrativas;

II - o saldo remanescente de acordos de parcelamento anteriormente firmados, não integralmente quitados, ainda que rompidos por inadimplemento do devedor;

III - os débitos objeto de decisão judicial transitada em julgado em favor do Município de Itanhaém.

§ 2º Não poderão ser incluídos no Programa os débitos:

I - referentes a infrações à legislação de trânsito;

II - de natureza contratual;

III - referentes a indenizações devidas ao Município de Itanhaém por dano causado ao seu patrimônio.

Art. 2º O ingresso no Programa dar-se-á por opção do devedor e poderá ser formalizado no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data da publicação desta lei.

Art. 3º Os débitos incluídos no Programa poderão ser recolhidos, no seu valor atualizado nos termos da legislação vigente, com



Autenticar documento em <https://camarazeropapel.itanhaem.sp.leg.br/autenticidade> com o identificador 360037003500340030003A005000, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.





Prefeitura Municipal de Itanhaém

Estância Balneária

Estado de São Paulo

dispensa ou redução do valor da multa e dos juros moratórios, nas seguintes condições:

I - com dispensa de 100% (cem por cento) do valor da multa e dos juros moratórios devidos, na hipótese de pagamento em até 6 (seis) parcelas mensais, iguais e sucessivas;

II - com redução de 90% (noventa por cento) do valor da multa e dos juros moratórios devidos, na hipótese de pagamento em até 24 (vinte e quatro) parcelas mensais, iguais e sucessivas;

III - com redução de 70% (setenta por cento) do valor da multa e dos juros moratórios devidos, na hipótese de pagamento em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais, iguais e sucessivas.

§ 1º Nenhuma parcela poderá ser inferior a:

I - R\$ 50,00 (cinquenta reais) para as pessoas físicas;

II - R\$ 200,00 (duzentos reais) para as pessoas jurídicas.

§ 2º O vencimento da primeira parcela ou da parcela única será:

I - no dia 25 do mês corrente, para as adesões ocorridas entre os dias 1º e 15;

II - no dia 10 do mês subsequente, para as adesões ocorridas entre o dia 16 e o último dia do mês.

§ 3º Na hipótese de parcelamento, o vencimento das parcelas subsequentes à primeira ocorrerá na mesma data dos meses seguintes ao do vencimento da primeira parcela.

Art. 4º O ingresso no Programa impõe ao devedor a aceitação plena e irrevogável de todas as condições estabelecidas nesta lei e implica:

I - expressa confissão irrevogável e irretroatável dos débitos nele incluídos, com reconhecimento expresso da certeza e liquidez do crédito correspondente, produzindo os efeitos previstos no art. 174, parágrafo único, inciso IV, do Código Tributário Nacional e no art. 202, inciso VI, do Código Civil;





Prefeitura Municipal de Itanhaém

Estância Balneária

Estado de São Paulo

II - a desistência de eventuais ações ou embargos à execução fiscal, com renúncia ao direito sobre o qual se fundam, nos autos judiciais respectivos e em desistência de eventuais impugnações, defesas e recursos apresentados no âmbito administrativo.

§ 1º Verificando-se a hipótese de desistência dos embargos à execução fiscal, o devedor concordará com a suspensão do processo de execução, pelo prazo do parcelamento a que se obrigou, obedecendo-se o estabelecido no art. 922 do Código de Processo Civil.

§ 2º No caso do § 1º deste artigo, liquidado o parcelamento nos termos desta lei, o Município informará o fato ao juízo da execução fiscal e requererá a sua extinção, com fundamento no art. 924, inciso II, do Código de Processo Civil.

Art. 5º Em se tratando de débito ajuizado, garantido por penhora ou arresto e com leilão já marcado, o parcelamento só poderá ser concedido desde que efetuado o pagamento de 30% (trinta por cento) do valor total da dívida ajuizada, sem a aplicação dos benefícios previstos nesta lei, bem como das custas e despesas processuais, e mediante análise da Procuradoria-Geral do Município, ficando esta impedida de autorizar o parcelamento se apurada a tentativa ou prática de fraude à execução, dolo, simulação, ou crime contra a ordem tributária.

Parágrafo único. Constatado pela Procuradoria-Geral do Município que o devedor não teve a devida ciência dos atos processuais praticados ou que não agiu com negligência ou má-fé e desde que efetuado o pagamento de 30% (trinta por cento) do valor total da dívida ajuizada, os benefícios previstos nesta lei poderão ser concedidos sobre o saldo devedor remanescente.

Art. 6º Em caso de protesto da certidão de dívida ativa ou de penhora on-line de valores em conta corrente, poupança ou outros ativos financeiros em sede de execução fiscal, o valor bloqueado será deduzido do montante do débito, sem a aplicação dos benefícios previstos nesta lei, concedendo-se o parcelamento apenas sobre o saldo remanescente.

Art. 7º A concessão dos benefícios previstos nesta lei:

I - não dispensa, na hipótese de débitos ajuizados, o pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios devidos em razão do procedimento de cobrança da dívida ativa, nos termos da legislação aplicável;



Autenticar documento em <https://camarazeropapel.itanhaem.sp.leg.br/autenticidade> com o identificador 360037003500340030003A005000, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.





Prefeitura Municipal de Itanhaém

Estância Balneária

Estado de São Paulo

II - não autoriza a restituição, no todo ou em parte, de quaisquer importâncias recolhidas anteriormente ao início de sua vigência.

§ 1º Em caso de pagamento parcelado, o valor das custas devidas ao Estado deverá ser recolhido integralmente, juntamente com a primeira parcela.

§ 2º O valor da verba honorária deverá ser pago em tantas parcelas mensais, iguais e sucessivas, quantas forem aquelas correspondentes à opção feita para pagamento do débito.

Art. 8º O devedor será excluído do Programa nas seguintes hipóteses:

I - não pagamento da primeira parcela ou da parcela única até a data de vencimento constante do documento de arrecadação;

II - atraso no pagamento de 2 (duas) parcelas consecutivas ou não, excetuada a primeira;

III - inobservância de qualquer das exigências estabelecidas nesta lei.

§ 1º A exclusão do devedor do Programa independará de notificação prévia e:

I - implicará:

a) a perda dos benefícios desta lei, reincorporando-se integralmente ao débito objeto do benefício os valores reduzidos e tornando o débito imediatamente exigível, com os acréscimos legais previstos na legislação municipal;

b) a proibição de ingressar em qualquer outro programa de recuperação fiscal instituído pelo Município e de receber quaisquer benefícios fiscais da Administração Municipal, pelo prazo de 3 (três) anos, contados da data de exclusão do Programa instituído por esta lei, salvo a hipótese de pagamento em parcela única;

II - acarretará, conforme o caso, a imediata inscrição dos valores remanescentes em dívida ativa, ajuizamento ou prosseguimento da execução fiscal, efetivação do protesto extrajudicial do título executivo e adoção





Prefeitura Municipal de Itanhaém

Estância Balneária

Estado de São Paulo

de todas as medidas legais de cobrança colocadas à disposição do Município credor.

§ 2º O Programa de Recuperação Fiscal não configura a novação prevista no art. 360, inciso I, do Código Civil.

Art. 9º A Lei nº 3.211, de 5 de abril de 2006, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 7º Decorridos 30 (trinta) dias do protesto, perdurando o inadimplemento, ou verificada a falta de pagamento de 3 (três) parcelas, consecutivas ou não, considerar-se-á rescindido o acordo, tornando-se exigível a totalidade do débito confessado e ainda não pago, com os acréscimos legais previstos na legislação municipal, e automática inscrição na dívida ativa do Município, com a conseqüente cobrança judicial, prosseguindo-se a execução fiscal eventualmente sustada em razão do parcelamento, pelo saldo remanescente.

.....” (NR)

“Art. 7º-A Os débitos que tenham sido objeto de parcelamento anterior firmado nas condições estabelecidas nesta lei, não integralmente cumprido, poderão ser reparcelados, observados os seguintes parâmetros:

I - previsão, no primeiro reparcelamento, de redução de 20% (vinte por cento) da quantidade de parcelas correspondentes à opção feita no parcelamento originário;

II - previsão, no segundo reparcelamento, de redução de 40% (quarenta por cento) da quantidade de parcelas correspondentes à opção feita no parcelamento originário;

III - previsão, no terceiro reparcelamento, de redução de 60% (sessenta por cento) da quantidade de parcelas correspondentes à opção feita no parcelamento originário;

IV - previsão, no quarto reparcelamento, de redução de 80% (oitenta por cento) da quantidade de parcelas correspondentes à opção feita no parcelamento originário;





Prefeitura Municipal de Itanhaém

Estância Balneária

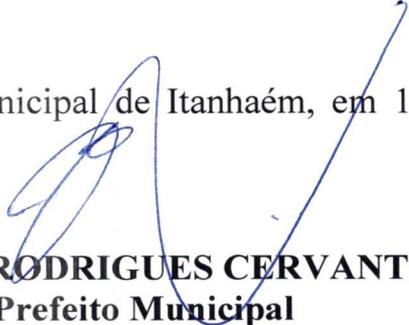
Estado de São Paulo

V - após o quarto parcelamento os débitos deverão ser quitados integralmente, em parcela única.

Parágrafo único. Caso a aplicação dos percentuais a que se referem os incisos I a IV do “caput” deste artigo resultar em número fracionado, este será aumentado para o primeiro número inteiro subsequente.”

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Itanhaém, em 14 de junho de 2023.


TIAGO RODRIGUES CERVANTES
Prefeito Municipal

